



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E O CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE), PARA A ORGANIZAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. (Processo Administrativo nº 8520215-63.2017.8.06.0000).

CT Nº 39/2017

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambéba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES, por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Sra. ÂNGELA MÁRCIA FERNANDES ARAÚJO, conforme Portaria nº 842/2017, publicada no Diário da Justiça do Ceará de 16/05/2017, e o **CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE)**, Associação Civil, qualificado como Organização Social por meio do Decreto n.º 8.078, de 19 de agosto de 2013, sob o CNPJ n.º 18.284.407/0001-53, com sede no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Edifício CESPE, Asa Norte, Brasília/DF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o Professor PAULO HENRIQUE PORTELA DE CARVALHO, portador da carteira de identidade n.º 712.767 SSP/DF e inscrito no CPF n.º 238.452.281-72, e por sua Diretora Executiva, MARIA OSMARINA DO E. S. OLIVEIRA, portadora da carteira de identidade n.º 3.032.065 SSP/DF e inscrita no CPF n.º 130.058.473-49, consoante competência designada pelo artigo 30, inciso IV, do Estatuto do Cebbraspe, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO**, em conformidade com o artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e demais ordenamentos legais pertinentes, mediante as cláusulas e as condições adiante, que aceitam e se obrigam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CEBRASPE, datada de 23.10.2017, a qual passará a ser parte integrante deste Contrato, nas disposições do art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666, de 21.06.93, e suas alterações, e no parecer da Consultoria Jurídica da Presidência do TJCE, aprovado pelo Exmo. Sr. Des. Presidente em 09.11.2017.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a **prestação de serviços técnico-especializados com vistas à organização e realização de concurso público para o provimento de 50 (cinquenta vagas para ingresso no cargo de Juiz Substituto**, nos termos da proposta de

prestação de serviços encaminhada pela CONTRATADA e aprovada pelo CONTRATANTE, datada de 23 de outubro de 2017, que fará parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.

Parágrafo Primeiro – são partes integrantes deste contrato, Projeto Básico da **CONTRATANTE** e Proposta de Prestação de Serviços Técnico-Especializados da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo – O concurso público far-se-á por meio das etapas a seguir, que serão realizadas na cidade de Fortaleza/CE, considerando-se o horário oficial de Brasília.

a. Primeira etapa – uma prova objetiva seletiva, de responsabilidade da CONTRATADA;

b. Segunda etapa – duas provas escritas, de responsabilidade da CONTRATADA;

c. Terceira etapa – será composta das seguintes fases:

I – sindicância da vida pregressa e investigação social, de responsabilidade do CONTRATANTE;

II – exame de sanidade física e mental, de responsabilidade da CONTRATADA;

III – exame psicotécnico, de responsabilidade da CONTRATADA;

d. Quarta etapa – prova oral, de responsabilidade da CONTRATADA;

e. Quinta etapa – avaliação de títulos, de responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro – O concurso público mencionado no *caput* desta cláusula será realizado pela CONTRATADA, por meio do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e seleção e de Promoção de Eventos(CEBRASPE).Em caso de dúvida, omissão ou contradição entre as regras estabelecidas em edital, ou em seus anexos, ou em comunicados, instruções normativas, ou em qualquer outro instrumento que regule o concurso, as decisões reparatórias deverão ser discutidas e avençadas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, estabelecendo acordo que será ratificado por meio de ofício.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Terceira - Das Bancas Examinadoras

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE), na qualidade de órgão executor deste contrato, incumbe-se de organizar as bancas para a elaboração e correção das provas, devendo o CONTRATANTE acatar o critério tradicional da confidencialidade de sua constituição.

Parágrafo Único – O critério de que trata o caput desta cláusula consiste, basicamente, na segurança e no sigilo da seleção quanto a:

- a. manter-se exclusivamente na alçada da CONTRATADA a indicação dos nomes dos participantes, internos e externos, que integrem as referidas bancas;
- b. assegurar absoluto sigilo quanto ao conteúdo das provas até o momento de sua aplicação.

Cláusula Quarta - Das Obrigações

A CONTRATADA compromete-se a:

1. Realizar o concurso público em conformidade com o objeto do contrato, constante na cláusula primeira deste instrumento, de acordo com o disposto no Projeto Básico, no que não contrariar a Proposta de Prestação de serviços, a Resolução n.º 75, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e suas alterações e nas disposições contidas no presente pacto;

2. Observar a legislação e as normas aplicáveis ao concurso público, especialmente o edital regedor do certame aprovado pelo **CONTRATANTE**;

3. Realizar o concurso público, na cidade Fortaleza/CE, mediante a realização das etapas constantes da cláusula segunda deste contrato;

4. Elaborar editais, comunicados, formulários, instruções, cadastros e listagens, necessários à execução do certame e submetê-los a aprovação do **CONTRATANTE**, comprometendo-se a divulgá-los somente após anuência formal desta, observando o cumprimento dos prazos legais, reservando-se, ainda, no direito de publicar em seu sítio da internet os mencionados atos ou comunicados informativos na hipótese de o **CONTRATANTE** atrasar a publicação ou não autorizar a publicação no prazo estabelecido em cronograma de atividades do concurso público;

4.1. Submeter à aprovação do **CONTRATANTE** todos os editais;

5. Publicar no edital de abertura do certame a composição da Comissão de Concurso, das Comissões examinadoras, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, e da Comissão da instituição especializada, com os respectivos suplentes, em atenção ao disposto no inciso VI do art. 12 da Resolução nº 75 do CNJ;

6. Possibilitar a impugnação ao edital de abertura do concurso, de acordo com o art. 13, §§ 2º e 3º da Resolução nº 75/2009 do CNJ, por meio de link específico no endereço eletrônico da **CONTRATADA** na Internet, que será dirigida ao Presidente da Comissão de Concurso no prazo de 05 (cinco) dias, contados após o término do prazo para a inscrição preliminar. Os pedidos de impugnação serão encaminhados ao **CONTRATANTE** e julgados por esse. As respostas às impugnações serão disponibilizadas em um único arquivo no endereço eletrônico da **CONTRATADA**;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

7. Disponibilizar no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, em link específico, todos os editais e comunicados referentes ao concurso público. Além de todos os editais, estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> sistemas de busca para que os candidatos tenham acesso aos seus locais de realização das provas e às suas notas/classificações ao final do concurso;

8. Divulgar o concurso público em conformidade com o disposto na Proposta de Prestação de Serviços, vinculada ao contrato;

9. Disponibilizar central de atendimento aos candidatos, nos termos da proposta de prestação de serviços, oferecendo atendimento por telefone, e-mail, fax, carta ou pessoalmente – via guichê, em Brasília/DF, além de atendimento diferenciado aos candidatos que necessitarem de atendimento especial, com vistas a proporcionar-lhes as condições necessárias à participação no certame, observados os critérios de viabilidade e razoabilidade;

10. Disponibilizar atendimento por meio da Supervisão de Planejamento e Controle de Seleções, que providenciará a gestão com excelência das atividades **CONTRATADAS**, bem como viabilizará o atendimento dentro da razoabilidade e capacidade operacional das demandas pela **CONTRATANTE**, bem como: dirimir dúvidas, receber, filtrar e demandar para as áreas responsáveis solicitações e orientações do **CONTRATANTE**;

11. Responsabilizar-se pela confecção dos documentos de arrecadação das taxas de inscrição, que estarão disponíveis durante os períodos de inscrição, de acordo com as informações bancárias a serem encaminhadas pelo **CONTRATANTE**;

12. Desenvolver sistema computacional para recebimento das solicitações de inscrição e de isenção de taxas de inscrição e para a interposição de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares e os resultados provisórios das demais etapas do concurso público no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>;

13. Responsabilizar-se pela coleta de fotografia do candidato na inscrição;

14. Responsabilizar-se pela locação de recursos humanos para o recebimento da documentação apresentada pelo candidato, durante o período de inscrição preliminar, de acordo com o disposto nos artigos 23 ao 28 da Resolução nº 75 do CNJ, bem como pela análise da documentação entregue pelos candidatos e as respostas a eventuais requerimentos interpostos por candidatos a respeito do não deferimento da inscrição preliminar;

15. Desenvolver um sistema computacional para homologação das solicitações de inscrição preliminar dos candidatos, em atenção ao artigo 21, incisos III e XI, artigo 23 e artigo 25 da Resolução nº 75 do CNJ, os quais estabelecem que os pedidos de inscrição preliminar serão apreciados e decididos pelo Presidente da Comissão de Concurso, e encaminhar, posteriormente, via e-mail, ao **CONTRATANTE**, o *login* e a senha de acesso ao referido sistema;

16. Encaminhar ao **CONTRATANTE** os pareceres sobre os recursos interpostos pelos candidatos referentes à inscrição preliminar para apreciação e julgamento da Comissão de Concurso, bem como desenvolver um sistema computacional para homologação dos julgamentos desses recursos pelo **CONTRATANTE**;

17. Receber, via internet, as solicitações de isenção de taxas de inscrição;

18. Encaminhar ao Ministério do Desenvolvimento Social para análise as solicitações de isenção de taxas para efeito de verificação do atendimento do requisito previsto no inciso I do artigo 1.º do Decreto n.º 6.593, de 2 de outubro de 2008, bem



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

como se responsabilizar pelas respostas a eventuais requerimentos interpostos por candidatos a respeito do não-deferimento dos pedidos de isenção de taxas;

18.1. Receber via internet e analisar, as solicitações de isenção de pagamento da taxa de inscrição dos candidatos que se enquadrarem nos casos previstos pela Lei Estadual nº 11.551, de 18 de maio de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 19 de maio de 1989, pela Lei Estadual nº 12.559, de 29 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial de 7 de fevereiro de 1996, e pela Lei 13.844, de 27 de novembro de 2006, publicado no Diário Oficial de 30 de novembro de 2006;

19. Desenvolver sistema computacional específico para a formação do cadastro de dados do concurso público, envolvendo a criação, a produção e o desenvolvimento de sistema computacional de armazenamento dos dados cadastrais em que serão guardadas todas as informações pertinentes aos candidatos regularmente inscritos;

20. Responsabilizar-se pela criação gráfica, composição, personalização e padronização dos formulários ópticos a serem utilizados no concurso, bem como pela criação e desenvolvimento de sistema computacional próprio para impressão dos formulários;

21. Formar e contratar a banca elaboradora para a realização dos instrumentos de avaliação de sua responsabilidade;

22. Responsabilizar-se pela composição das bancas para a elaboração e correção dos instrumentos de avaliação do certame devendo o **CONTRATANTE** acatar o critério tradicional da confidencialidade que consiste, basicamente, em assegurar absoluto sigilo no tocante ao conteúdo das provas até o momento de sua aplicação. Nos termos do inciso VI do artigo 13 da Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009, a composição da Comissão do Concurso, das Comissões Examinadoras, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, e da Comissão da instituição especializada, com seus respectivos suplentes será publicada no Edital de Abertura;

23. Elaborar, revisar, compor, imprimir e acondicionar as provas a serem aplicadas no concurso;

24. Elaborar prova objetiva seletiva (primeira etapa) e realizá-la, de acordo com o disposto nos artigos 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45 da Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça, que contemplará **100 questões**, as quais serão agrupadas em conformidade com o estabelecido nos itens 2.3 e 3.16 da Proposta de Prestação de Serviços;

25. Responsabilizar-se pela correção da prova objetiva seletiva, obedecendo a critérios de imparcialidade e de impessoalidade, incluindo o processo de desidentificação desta, conforme o disposto no subitem 3.15 da Proposta de Prestação de Serviços;

26. Convocar para realizar as provas escritas discursivas (segunda etapa) os candidatos aprovados na prova objetiva seletiva até a 300ª colocação, respeitados os empates na última posição, respeitados os empates na última posição;

27. Elaborar a prova escrita discursiva e realizá-la de acordo com o disposto nos artigos 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57 da Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça, que contemplará duas provas discursivas, a primeira constituída por uma dissertação e quatro questões relativas à matéria do concurso, e, a segunda constituída de uma sentença civil e outra penal, em dias sucessivos, tudo em conformidade com os subitens 2,3 e 3.16 a Proposta de prestação de serviços;

28. Responsabilizar-se pela convocação para a perícia médica de todos os candidatos aprovados nas primeira e segunda etapas e convocados para terceira etapa

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(inscrição definitiva), que se declararem pessoas com deficiência, de acordo com o disposto no art. 75 da Resolução n.º 75, de 12 de maio de 2009, alterada pela Resolução n.º 208, de 10 de novembro de 2015, todas do CNJ;

29. Responsabilizar-se pela realização da perícia médica, que verificará se o candidato se enquadra ou não como pessoa com deficiência, em conformidade com legislação específica vigente. A perícia médica será realizada na cidade de Fortaleza/CE;

30. Responsabilizar-se pela convocação para o procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros (pretos ou pardos) de todos os candidatos aprovados nas primeira e segunda etapas e convocados para terceira etapa (inscrição definitiva);

31. Responsabilizar-se pela realização do procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros (pretos ou pardos), conforme subitem 3.32 da Proposta de Prestação de Serviços;

32. Convocar para a terceira etapa, composta por inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental e exame psicotécnico, todos os aprovados na segunda etapa;

33. Responsabilizar-se pela alocação de espaço físico e de recursos humanos para recebimento dos requerimentos dos documentos dos candidatos convocados para essa etapa em Fortaleza/CE e análise em Brasília/DF, que deverão estar de acordo com o edital de abertura do concurso e não tiverem cunho policial, de acordo com o disposto nos artigos 58, 59 e 63 da Resolução n.º 75 do Conselho Nacional de Justiça;

34. Responsabilizar-se pela realização dos exames de sanidade física, mental e exame psicotécnico de acordo com o disposto no artigo 60 da Resolução n.º 75, do Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o estabelecido nos itens 2.3 e 3.11, da Proposta de Prestação de Serviços;

35. Responsabilizar-se pelo apoio logístico da sindicância da vida pregressa e investigação social que será de responsabilidade da **CONTRATANTE**;

36. Convocar para a prova oral todos os candidatos aprovados na terceira etapa;

37. Responsabilizar-se pela realização da prova oral (quarta etapa) de acordo com o disposto nos artigos 64 e 65 da Resolução n.º 75, do Conselho Nacional de Justiça que terá gravação somente de áudio, em conformidade com o estabelecido nos subitens 2.3 e 3.16, Proposta de Prestação de Serviços;

38. Convocar para a avaliação de títulos os candidatos aprovados na quarta etapa;

39. Responsabilizar-se pela realização da avaliação de títulos (quinta etapa) de acordo com o disposto nos artigos 66, 67, 68 e 69 da Resolução n.º 75, do Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o estabelecido nos itens 2.3 e 3.16, da Proposta de Prestação de Serviços;

40. Receber os títulos em Fortaleza/CE e analisar em Brasília/DF, além responsabilizar-se em conjunto com o **CONTRATANTE** pelo estabelecimento dos critérios para a valoração dos títulos;

41. Providenciar locação de espaço físico, organização, logística e todas as operações concernentes à aplicação dos instrumentos de avaliação do concurso público, oferecendo atendimento diferenciado aos candidatos portadores de necessidades especiais;

42. Responsabilizar-se pelos procedimentos de segurança do concurso público conforme disposto no subitem 18 e seus subitens da Proposta de Prestação de Serviços;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

43. Responsabilizar-se pela coleta de uma frase (identificação grafotécnica) e da impressão digital (identificação datiloscópica) de todos os candidatos que prestarem as provas. A **CONTRATADA** fornecerá a **CONTRATANTE** formulário para que, no momento da posse, seja realizada a coleta da frase constante na folha de resposta da prova objetiva e nas folhas com campos específicos das demais fases do evento dos candidatos aprovados no certame. Os formulários preenchidos devem ser encaminhados, pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, em conjunto e em uma única vez, para passar pelo procedimento de conferência de identificação com as digitais coletadas constante na folha de resposta da prova objetiva e nas folhas com campos específicos das demais fases do evento, a fim de comprovar se a pessoa que está assumindo a vaga no cargo público é a mesma que realizou as provas do certame público. A **CONTRATADA** se responsabilizará pela análise e confirmação das digitais para até 50 (cinquenta) candidatos, se necessário. Os laudos técnicos serão encaminhados em até 30 dias após o recebimento dos formulários enviados pela **CONTRATANTE**. Caso o quantitativo limite de candidatos ou o número de momentos de verificação seja ultrapassado, a **CONTRATANTE** deverá providenciar Termo Aditivo ao Contrato a ser firmado a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro, arcando com os custos dos eventuais candidatos excedentes. Para tanto, a **CONTRATADA** apresentará, na oportunidade, o preço e a justificativa deste por meio de planilha de composição de custos.

44. Coordenar a aplicação dos instrumentos de avaliação;

45. Proceder à correção e à apuração dos resultados dos instrumentos de avaliação, vedada a subcontratação do objeto ora pactuado;

46. Responsabilizar-se pelo acatamento dos recursos referentes à aplicação dos instrumentos de avaliação, bem como pela elaboração de respostas a esses recursos;

47. Receber os recursos das etapas de sua responsabilidade, bem como analisar e elaborar respostas por meio de banca examinadora especializada na área objeto de avaliação, segundo procedimentos descritos no subitem 3.24 da Proposta de Prestação de Serviços;

48. Encaminhar ao **CONTRATANTE** os pareceres sobre os recursos interpostos pelos candidatos referentes à prova objetiva seletiva para julgamento da Comissão de Concurso e a devida apreciação antes da apuração do resultado e classificação final dos candidatos, conforme artigo 30, inciso IV da Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009, do Conselho Nacional de Justiça;

49. Encaminhar um de seus representantes ao **CONTRATANTE** para coordenar a sessão pública de julgamento dos recursos interpostos contra a prova objetiva seletiva;

50. Responsabilizar-se pelas sessões públicas de divulgação dos resultados provisórios, de distribuição dos recursos e de julgamento dos recursos das terceira, quarta e quintas etapas. Caberá à **CONTRATANTE** a cessão de espaço físico para realização de todas as sessões públicas de responsabilidade da **CONTRATADA**.

51. Encaminhar ao **CONTRATANTE** os pareceres sobre os recursos interpostos pelos candidatos para julgamento da comissão regional do concurso e a devida apreciação antes da apuração do resultado e classificação final dos candidatos;

52. Encaminhar os resultados do concurso após a devida análise dos recursos pertinentes aos instrumentos de avaliação referente às etapas de sua responsabilidade, em listagens e relatórios (elaborados em Excel ou outro software a ser definido por acordo entre as partes), via mídia digital, de acordo com as especificações contidas no subitem 3.28 da Proposta de Prestação de Serviços;

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

53. Emitir ao **CONTRATANTE** os seguintes relatórios:

a. Relação em ordem alfabética e em ordem de classificação com as notas de todos os candidatos e a sua respectiva situação no concurso público;

b. Relatório com os dados pessoais (nome, número de inscrição, endereço, telefone etc.) dos candidatos aprovados, para convocação e posse;

54. Dar assessoria técnica e jurídica ao **CONTRATANTE**, nos termos do subitem 3.27 da proposta de prestação de serviços, em relação as etapas de sua responsabilidade;

55. Subsidiar as respostas às ações judiciais propostas em desfavor do **CONTRATANTE** e responder as que em seu desfavor sejam propostas, ambas referentes às etapas do concurso de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, em um prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis a contar de seu recebimento, ressalvados os casos em que os prazos judiciais máximos exigirem prazo inferior, de acordo com a natureza da ação judicial, tudo em conformidade com o disposto no subitem 3.29 da Proposta de Prestação de Serviços;

56. A **CONTRATADA** se responsabilizará de forma integral por eventual inclusão de candidatos sub judice nas fases/etapas de sua responsabilidade, quando essa inclusão decorrer de falha na execução do serviço imputada exclusivamente à **CONTRATADA**, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

a. Nas demais hipóteses de inclusão de candidatos sub judice, a **CONTRATADA** se responsabilizará até quantitativo limite de 10% (dez por cento) do total de candidatos convocados para a respectiva fase/etapa a ser realizada, restrita para apenas uma reaplicação que respeitará o limite de candidatos previsto acima. As reaplicações de candidatos sub judice deverão ocorrer em conjunto e num único momento;

b. Caso o quantitativo limite de candidatos sub judice seja ultrapassado ou em caso de haver mais de uma reaplicação para a mesma fase/etapa, a **CONTRATANTE** deverá providenciar Termo Aditivo ao Contrato a ser firmado a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro, arcando com os custos dos eventuais candidatos sub judice excedentes;

c. A **CONTRATADA** apresentará, na oportunidade, os custos e a justificativa desses por meio de planilha de composição de custos.

57. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do **CONTRATANTE**, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório;

58. Manter durante o período de contratação o atendimento das condições de habilitação exigidas na contratação;

59. Reportar ao **CONTRATANTE** imediatamente quaisquer anormalidades, erros ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do **CONTRATANTE**;

60. Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com o **CONTRATANTE**;

61. Manter o sigilo quanto às questões das provas, sendo de sua exclusiva responsabilidade a eventual quebra desse sigilo, se decorrente de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou de Bancas Examinadoras por ela constituídas.

62. Gerenciar a execução dos serviços com acompanhamento diário da qualidade, com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

63. Aceitar nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos serviços e/ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

64. Cumprir o artigo 4º da resolução nº 156/2012 do CNJ, eximindo-se de colocar à disposição do **CONTRATANTE** para o exercício de função de chefia, pessoa que incida na vedação dos artigos 1º e 2º da citada Resolução;

65. Cumprir o disposto no art. 3º da Resolução do CNJ nº 7, de 18 de outubro de 2005, alterado pela Resolução do CNJ nº 9, de 6 de dezembro de 2005, quanto ao impedimento de contratar colaboradores que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal **CONTRATANTE**;

66. Comunicar-se com o **CONTRATANTE** por meio de ofício, podendo seu envio ser antecipado via endereço eletrônico;

67. Assumir a responsabilidade pelos encargos tributários e/ou fiscais e comerciais desta contratação, quando aplicável;

68. No caso de adiamento, cancelamento ou anulação do concurso ora contratado ou de qualquer de suas fases, fica a parte responsável pelo fato que motivou as hipóteses mencionadas obrigada a arcar com todo o ônus de sua reaplicação total ou parcial, ou, se for o caso, pela devolução das taxas de inscrição aos candidatos inscritos.

69. Utilizar seus servidores na execução dos serviços ora contratados, podendo, de acordo com as necessidades, fazer outras contratações por sua exclusiva iniciativa e responsabilidade, na forma da lei, notadamente, as previstas no artigo 10, inciso I, alínea "d"; art. 13; art. 24, inciso II, e art. 25 da Lei nº 8.666/93;

70. Remunerar seus servidores, colaboradores e prestadores de serviço de acordo com a legislação em vigor, se servidores, especialmente em acordo com o art. 76-A da Lei nº 8.112/90, no que couber ao Acórdão do TCU – plenário 3005 de 11.12.2009, cominado com o Decreto Federal nº. 6.114/07;

71. Guardar, pelo prazo de cinco ano, em local apropriado, o cadastro dos candidatos inscritos, as folhas de respostas, as folhas de frequência e as demais planilhas de todos os candidatos, bem como os exemplares de todas as provas aplicadas no concurso; após esse prazo, encaminhar o material relativo às folhas de respostas para o **CONTRATANTE**, para que fique sob a sua responsabilidade;

72. Compartilhar com o **CONTRATANTE** o ônus decorrente de eventual reaplicação de prova, cabendo 50% (cinquenta por cento) para cada parte, quando os fatos motivadores não forem imputados a nenhuma das partes;

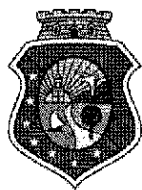
73. Assumir o ônus por eventual reaplicação de prova, quando os fatos motivadores, extrajudicial ou judicial, forem imputados, exclusivamente, à **CONTRATADA**; e

74. Entregar o resultado final do certame ao **CONTRATANTE**.

Cláusula Quinta- Das Obrigações da Contratante

A **CONTRATANTE** compromete-se a:

1. Fornecer todas as informações necessárias à elaboração do concurso, tais como a legislação, número de vagas, descrição do cargo com indicação da localização das



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

vagas, remuneração, requisitos para provimento, bem como, outras informações relevantes ao concurso público;

2. Indicar os membros que irão compor a Comissão de Concurso;

3. Articular-se com a **CONTRATADA**, quanto às datas relativas às atividades constantes deste contrato, e fazer cumprir o respectivo cronograma;

4. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos por meio da comissão do concurso, que fará os contatos com a **CONTRATADA** para esclarecimento de dúvidas, troca de informações e demais providências necessárias à realização do objeto deste contrato;

5. Elaborar, em conjunto com a **CONTRATADA**, todos os editais e comunicados pertinentes ao concurso público;

6. Abster-se de elaborar e/ou divulgar editais, comunicados, formulários, cadastros e listagens sem a expressa anuência da **CONTRATADA**;

7. Responsabilizar-se pela análise e resposta às impugnações dirigidas ao edital de abertura;

8. Encaminhar para a publicação, no Diário da Justiça e no Diário Oficial do Estado, os editais elaborados pela **CONTRATADA**, arcando com o respectivo ônus referente a essa publicação, e, ainda, as listagens, os comunicados e quaisquer materiais pertinentes ao concurso, inclusive a lista dos aprovados, nos termos das exigências legais;

9. Arcar com o ônus advindo das eventuais isenções de taxas de inscrição previstas no certame;

10. Responsabilizar-se, quanto a inscrição definitiva, pela Sindicância da vida pregressa e investigação social, dos candidatos convocados para essa etapa, de acordo com o estabelecido nos subitens 2.3 e 3.16 da Proposta de Prestação de Serviços;

11. Responsabilizar-se pela arrecadação os valores das taxas de inscrições, responsabilizando-se, ainda, pelo controle orçamentário e fiscal dos recursos;

12. Responsabilizar-se, conforme disposto no subitem 4.12 da proposta de prestação de serviços, pelo envio das informações a seguir, bem como pela validação do documento de arrecadação:

a. nome da instituição que aparecerá no documento de arrecadação;

b. CNPJ;

c. número e nome do banco envolvido na transação financeira;

d. número e nome da agência bancária;

e. número da conta bancária para recebimento das taxas de inscrição;

f. número de convênio com o banco, com seis dígitos; e

g. número de telefone e nome do técnico responsável no banco.

13. Caso o **CONTRATANTE** envie os dados necessários para a disponibilização do documento de arrecadação das taxas de inscrição em desacordo com a formatação, com dados incompletos ou fora do prazo estabelecido, a **CONTRATADA** não poderá ser responsabilizada pelos possíveis atrasos na disponibilização deste documento àqueles que pretendem se inscrever nos certames.

14. Conceder a **CONTRATADA**, conforme disposto no subitem 4.13 da proposta de prestação de serviços, acesso aos dados bancários relativos à conta em que serão depositadas as taxas de inscrição, disponibilizando para tanto: chave/código, senha, dentre outros, bem como encaminhar requerimento formal à instituição bancária para que essa realize, caso seja necessário, instalação de aplicativos e programas (software) imprescindíveis ao mencionado acesso. O acesso aos dados bancários, dizem respeito tão



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

somente à identificação das inscrições efetivamente homologadas, sendo expressamente vedadas quaisquer consultas a outras informações que não essas. Os pagamentos que apresentarem quaisquer problemas durante o processamento bancário deverão ser enviados para análise da **CONTRATADA** até o primeiro dia útil após o término do período regular previsto para o pagamento da(s) taxa(s) de inscrição.

15. Enviar diariamente os arquivos bancários de pagamento das taxas de inscrição para confirmação, por parte da **CONTRATADA**, das solicitações de inscrições;

16. Encaminhar a base consolidada com todos os registros de pagamento efetuados bem como um e-mail com a confirmação de conclusão do envio diário dos arquivos de pagamento das taxas de inscrição, em no máximo 2 dias úteis após o término do período regulamentar de pagamento da taxa de inscrição. A inobservância do prazo mencionado comprometerá todo cronograma de execução do concurso, em especial, a data de aplicação das provas.

17. Indicar, mediante solicitação da **CONTRATADA**, servidores ocupantes dos cargos oferecidos no certame para compor a equipe multiprofissional, responsável pela perícia médica dos candidatos com deficiência, responsabilizando-se por eventuais fornecimentos de transportes, hospedagens e diárias aos servidores indicados;

18. Responsabilizar-se pela sessão pública de divulgação das notas provisórias;

19. Reunir-se em sessão pública para julgar os recursos interpostos pelos candidatos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva seletiva, os resultados das provas escritas discursivas (questões e sentenças) e das demais etapas/fases;

20. Responsabilizar-se pela realização da Sessão Pública de Julgamento das Avaliações dos Recursos;

21. Responsabilizar-se pela cessão de espaço físico para realização de todas as Sessões Públicas;

22. Homologar solicitações de inscrição preliminar, sendo comunicado a **CONTRATADA** por meio de sistema computacional, em data prevista em cronograma. Em caso de atraso, a **CONTRATADA** reconhecerá a homologação de todos os candidatos cadastrados preliminarmente;

23. Deverá acatar o critério tradicional da confidencialidade de constituição das bancas examinadoras bem como assegurar absoluto sigilo quanto ao conteúdo das provas até o momento de sua aplicação.

24. Homologar os resultados de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas seletivas, antes da divulgação do resultado final dessa prova;

25. Responsabilizar-se pela obtenção e envio da indicação dos representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que fará parte da comissão do concurso;

26. Homologar os resultados de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas seletivas e contra os resultados provisórios das demais etapas, antes da divulgação do resultado final dessa prova;

27. Solicitar informações à **CONTRATADA** via ofício, endereçado ao Diretor-Geral da **CONTRATADA**, que subsidiarão as respostas e às ações judiciais propostas em desfavor do **CONTRATANTE**, os quais serão respondidos em um prazo mínimo de 5

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(cinco) dias úteis a contar de seu recebimento, ressalvados os casos em que os prazos judiciais máximos exigirem prazo inferior, de acordo com a natureza da Ação Judicial;

28. Proporcionar as facilidades necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar os serviços descritos neste contrato dentro das normas estabelecidas;

29. Notificar a **CONTRATADA** a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

30. Assumir o ônus por eventual reaplicação de prova, quando os fatos motivadores, extrajudicial ou judicial, forem imputados, exclusivamente, à **CONTRATANTE**.

31. Compartilhar com a **CONTRATADA** o ônus decorrente de eventual reaplicação de prova, cabendo 50% (cinquenta por cento) para cada parte, quando os fatos motivadores não forem imputados a nenhuma das partes.

32. Assumir o ônus por eventual reaplicação de prova, quando os fatos motivadores, extrajudicial ou judicial, forem imputados, exclusivamente, ao **CONTRATANTE**;

33. Cumprir com todas as obrigações contratuais, sob pena de rescisão contratual e pagamento de perdas e danos à **CONTRATADA** e pelos serviços até então realizados;

34. Notificar a **CONTRATADA** a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

35. Manter em sigilo os contatos de e-mail e de telefones deste Centro não os repassando a candidatos(as), pessoas ou instituições alheias à relação contratual;

36. Nomear servidor para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços objeto deste contrato;

37. Conceder atestado de capacidade técnica à **CONTRATADA** mediante o cumprimento do objeto contratado; e

38. Homologar o resultado final do concurso público.

Cláusula Sexta – Do Valor

A **CONTRATADA** compromete-se a organizar e executar as atividades relativas aos serviços técnico-especializados descritos neste contrato de acordo com os valores constantes da tabela abaixo.

Número <i>n</i> de inscrições efetivadas	Valor a ser pago ao Cebraspe (em R\$)	Valor a ser cobrado por inscrição excedente (em R\$)
$n \leq 3.000$	1.001.250,71	-
$3.001 \leq n \leq 4.000$	$1.001.250,71 + 80,00 \times (n - 3.000)$	80,00
$4.001 \leq n \leq 5.000$	$1.081.250,71 + 79,00 \times (n - 4.000)$	79,00
$5.001 \leq n \leq 6.000$	$1.160.250,71 + 78,00 \times (n - 5.000)$	78,00
$6.001 \leq n \leq 7.000$	$1.238.250,71 + 77,00 \times (n - 6.000)$	77,00
A partir de 7.001	$1.315.250,71 + 76,00 \times (n - 7.000)$	76,00



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Primeiro – O valor global estimado para os serviços descritos neste Contrato, considerando-se o universo de 5.000 (cinco mil) inscrições efetivadas, é de R\$ 1.160.250,71 (um milhão e cento e sessenta mil e duzentos e cinquenta reais e setenta e um centavos).

Parágrafo Segundo – O valor da taxa de inscrição será de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos termos do art. 17, da Resolução nº 75/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considerando o valor do subsídio estabelecido na Lei nº 15.777, de 6 de abril de 2015.

Parágrafo Terceiro – Os valores das taxas de inscrição serão depositados por meio de instrumento de arrecadação, na conta da Caixa Econômica Federal, agência: 0919, conta corrente: 71040-2.

Parágrafo Quarto – Não haverá isenção de pagamento dos valores das taxas de inscrição, seja qual for o motivo alegado, ressalvados os casos previstos no artigo 18 da Resolução n.º 75/2009 do CNJ e conforme disposto no inciso I do artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008 ou por decisão judicial. O ônus dos eventuais casos de isenção de taxas de inscrição, previstos no inciso I do artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008 ou por determinação judicial, serão de responsabilidade do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto – Os valores referentes às isenções de taxas serão cobrados por isenção deferida e deverão ser pagos em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da apresentação da respectiva fatura.

Parágrafo Sexto – O valor a ser recebido pela **CONTRATADA** deverá ser pago mediante depósito na conta única do Tesouro Nacional do Banco do Brasil, agência: 1607-1, conta corrente: 6.313-4, da seguinte forma:

- a. 1ª parcela – 30% – do valor contratado, dez dias após o término do período de pagamento das taxas de inscrição;
- b. 2ª parcela – 20% – do valor contratado, dez dias após a realização da primeira etapa– entrega dos resultados da Prova Seletiva Objetiva;
- c. 3ª parcela 20% – do valor contratado, dez dias a partir da entrega dos resultados da Prova Discursiva;
- d. 4ª parcela 10% – dez dias após a publicação do resultado da inscrição definitiva;
- e. 5ª parcela – 10% do valor contratado, dez dias após a publicação dos resultados da Prova Oral; e
- f. 6ª parcela – 10% do valor contratado, dez dias após a publicação do resultado final do certame.

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Sétimo – A **CONTRATADA** informará ao **CONTRATANTE** o fechamento oficial do quantitativo de inscrições efetivadas até 30 (trinta) dias após a aplicação da prova escrita objetiva, tendo em vista as possíveis inclusões de inscrições devido ao envio extemporâneo de arquivos bancários.

Parágrafo Oitavo – Caso haja diferença no cálculo das faturas acima mencionadas, entre o quantitativo oficial de inscrições efetivadas e o quantitativo de inscrições preliminares, encaminhados pela **CONTRATADA**, essa diferença será ajustada na emissão da última parcela. Os pagamentos serão efetuados mediante prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.

Parágrafo Nono– Fica definido, para todos os efeitos tributários, que o Distrito Federal será o local da prestação dos serviços, tendo em vista que as atividades principais objeto de eventual contratação serão desenvolvidas na sede da **CONTRATADA** em Brasília, tais como: a) a elaboração, revisão, composição, impressão, acondicionamento e correção das provas objetivas e discursivas; b) a elaboração, revisão, composição de editais, comunicados, formulários, cadastros e listagens; c) processamento eletrônico e emissão de listagens referentes a todas as etapas do concurso; d) julgamento dos recursos administrativos interpostos pelos candidatos; e e) elaboração dos subsídios necessários às respostas em ações judiciais ajuizadas contra o **CONTRATANTE**.

Cláusula Sétima – Da Garantia da Execução do Contrato

Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** deve prestar, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da assinatura do instrumento contratual, garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor global estimado do contrato, pelo prazo de validade do concurso, incluindo sua prorrogação, se houver, em uma das modalidades previstas no § 1º, do art. 56, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava - Da Vigência

Este contrato vigorará por 02 (dois) anos, ou até a homologação do concurso público, entrando em vigor a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no *Diário da Justiça do Estado do Ceará*, admitida a prorrogação se houver atraso no cronograma de execução das atividades, mediante acordo entre as partes, firmado por termo aditivo ao contrato.

Parágrafo Primeiro - Os eventuais atrasos no cumprimento do Cronograma de Atividades, que poderão ocorrer independentemente da vontade das partes, ocasionarão a renegociação dos prazos, de comum acordo entre os celebrantes, respeitando-se a capacidade operacional da **CONTRATADA** para a absorção de tais atrasos.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Parágrafo Segundo – Obedecido o prazo estipulado no *caput* desta cláusula, considerar-se-ão ultimados os referidos serviços tão logo a CONTRATADA entregue ao CONTRATANTE o resultado final do concurso público.

Cláusula Nona – Dos Recursos Orçamentários

Os valores definidos na Cláusula Sexta e os decorrentes das eventuais isenções de taxas de inscrição deverão ser pagos pelo CONTRATANTE com recursos do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU, tendo como fonte dos Recursos os Recursos Próprios, na seguinte dotação orçamentária:

04200011.02.122.500.21814.15.33903900.27000.1.20

Cláusula Décima – Da Alteração do Contrato

O presente contrato poderá ser alterado, em casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo, desde que haja interesse das partes, com a apresentação das devidas justificativas, e não haja modificação de seu objeto, conforme legislação vigente, sendo obrigatória a prévia oitiva da Consultoria Jurídica do CONTRATANTE bem como da Coordenação Jurídica da CONTRATADA.

Cláusula Décima Primeira – Do Equilíbrio Econômico Financeiro

A CONTRATADA poderá requerer a revisão dos preços por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços, no caso de haver alterações nas características das aplicações, bem como na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual devendo ser aplicada a teoria da imprevisão visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/1993, ON-AGU nº 22/2009 e artigo 37, inciso XXI, da CRFB/88, estando esse equilíbrio econômico-financeiro limitado ao valor total a ser restituído ao Tesouro Nacional.

Cláusula Décima Segunda – Da Fiscalização

No curso da execução dos serviços e em sua entrega, caberá ao CONTRATANTE fiscalizar o cumprimento da execução do objeto, exceto aos locais de elaboração e correção das provas a fim de não comprometer a segurança e lisura do certame, conforme as especificações exigidas, com vistas ao recebimento a contento do

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

objeto deste contrato, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE estará a cargo de responsável, a ser designado, para acompanhamento dos serviços-objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo – O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das penalidades cabíveis ao caso, resguardado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades na Vigência do Contrato

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA sujeitará esta às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Único – A multa prevista no artigo 86 e no inciso II do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93 será de 5% para a inexecução total e de 2,5% para a inexecução parcial, calculada sobre o quantum arrecadado com as taxas de inscrição.

Cláusula Décima Quarta – Do Caso Fortuito ou Força Maior

As partes não responderão pelo descumprimento das obrigações ou prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, caso em que, qualquer das partes pode pleitear a rescisão contratual.

Parágrafo Primeiro – O período de interrupção dos serviços, decorrentes de eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior, será acrescido ao prazo contratual.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo circunstâncias que justifiquem a invocação da existência de caso fortuito ou de força maior, a parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá dar conhecimento à outra, por escrito e imediatamente, da ocorrência e suas consequências.

Parágrafo Terceiro – Durante o período impeditivo, definido no Parágrafo anterior, as partes suportarão independentemente suas respectivas perdas.

Parágrafo Quarto – Se a razão impeditiva ou as suas causas perdurarem por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, qualquer uma das partes poderá notificar à outra, por escrito, para o encerramento do presente Contrato, sob as condições idênticas às estipuladas no Parágrafo Terceiro.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Décima Quinta – Da Publicação

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça do Estado do Ceará, na forma do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos art. 77, 78, incisos I a VIII, XII e XVII, art. 79, incisos e parágrafos, e art. 80, incisos e parágrafos, da Lei nº 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – A rescisão do Contrato poderá ser:

- a. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a VIII, XII e XVII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Parágrafo Segundo – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de ato escrito e fundamentado da autoridade competente.

Parágrafo Terceiro – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda, direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

Cláusula Décima Sétima – Dos Casos Omissos

Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos conforme os preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Décima Oitava – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste Instrumento em obediência ao que dispõe a Lei N.º 8.666/93, e o art. 109, inciso I da Constituição Federal Brasileira de 1988, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas.

Fortaleza, 15 de JANEIRO de 2018.


**DESEMBARGADOR Francisco Gladysson Pontes
Presidente do TJCE/CONTRATANTE**


**Ângela Márcia Fernandes Araújo
Secretária de Gestão de Pessoas -TJCE/CONTRATANTE**


**Prof. Paulo Henrique Portela de Carvalho
Diretor Geral CEBRASPE/CONTRATADA**


**Maria Osmarina do E. S. Oliveira
Diretora Executiva do Cebbraspe/CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

.....
Nome:
CPF

..
Nome:
CPF: